

A ESPACIALIZAÇÃO DOS DESEMPREGADOS BRASILEIROS NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO: CRIAÇÃO E ATUAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS DO RIO DE JANEIRO

Isabella Vitória Castilho Pimentel Pedroso

Professora do curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Duque de Caxias.
Coordenadora da Pós Graduação em Geografia e Meio Ambiente da mesma instituição.
Diretora da Associação dos Geógrafos Brasileiros, seção local Rio de Janeiro.
Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Geografia pela UFRJ.
E-mail: isbellavitoria.pedroso@gmail.com

Resumo

Este artigo pretende evidenciar a espacialização dos desempregados brasileiros, sobretudo aqueles organizados em movimentos sociais que lutam contra o desemprego. O aumento do número de desempregados nos países da América Latina teve como base o período neoliberal, adotado na década de 1980, período em que mundo do trabalho sofreu desregulações desfavoráveis àqueles que vendem a sua força de trabalho. Diante de um quadro de incertezas, trabalhadores desempregados se organizaram em movimentos sociais, buscando não somente mudanças em sua condição específica, mas, também, uma transformação estrutural, envolvendo o sistema capitalista como um todo.

Palavras-chave: Neoliberalismo; desempregados; organização social.

Abstract

This article aims to highlight the spatialization of Brazilian unemployed, especially those organized in social movements struggling against unemployment. The increase in the number of unemployed in Latin American countries was based on the neoliberal period, adopted in the 1980s, a period when the world of work has undergone deregulation unfavorable to those who sell their labor power. Faced with a framework of uncertainty, unemployed workers organized in social movements, looking for not only changes in their specific condition, but also a structural transformation, involving the capitalist system as a whole.

Keywords: Neoliberalism; unemployed; social organization.

Introdução

A década de 1970 foi marcada por mudanças sociais e econômicas significativas no mundo, a principal delas foi a chamada crise de superacumulação do capital ou crise do sistema fordista, assim como afirma Harvey (2008). Tal crise foi sentida, em maior e menor grau, por grande parte dos países, sobretudo os da Europa e América. A fim de conter as sucessivas

perdas econômicas, colocou-se em prática um conjunto de ações no âmbito da doutrina neoliberal, a qual pressunha menor participação do Estado na economia, tornando-o mínimo, ampliando o número de empresas privadas. Além disso, a proposta neoliberal surgiu como tentativa de contenção dos ideais socialistas e social-democratas, que se generalizavam tanto na periferia quanto no centro do capitalismo, ideais estes oriundos da teoria marxista, no primeiro caso, e keynesianas no

segundo caso. Embora com objetivos radicalmente distintos, as duas teorias tinham métodos semelhantes, a saber, a intervenção do Estado na economia.

Harvey (2008) afirma que o Estado do bem estar social, como ficou conhecido o conjunto de políticas keynesianas, tinha como pressuposto assegurar altas taxas de crescimento econômico, pelo menos nos países de capitalismo avançado, tendo como principal objetivo apoiar a superação dos impactos da crise de 1929. No entanto, as políticas econômicas que se apoiaram neste modelo, não conseguiram avançar substancialmente em sua propagação na escala mundial. Em outras palavras, este conjunto de políticas não foi capaz de conter o desenvolvimento geográfico desigual¹ e, tampouco, a grande crise de acumulação que iria acometer os países centrais na década de 1970, como dito acima. Por esta razão, a crise de acumulação da década de 1970 significou aumento do desemprego e altas taxas de inflação.

Segundo Harvey (ibidem), os países periféricos não viram outra possibilidade para a saída de sua recessão econômica que não fosse aderir às propostas do projeto neoliberal, isto é, diante da inconstância política mundial não existiam alternativas concretas para superar aquele período de crise, que já se arrastara para a década seguinte, 1980. Neste momento, muitos países da periferia do capitalismo estavam sob comando de governados ditatoriais, que enfrentavam sérios desafios econômicos, o que forçaria alguns a declarar moratória, a exemplo do México. O autor argumenta que uma das formas de difundir a doutrina foi a fixação de metas para os países periféricos, procedimento deflagrado com o Consenso de Washington.

Ocorrido em fins da década de recessão mundial² (1990), o Consenso de Washington representou um conjunto de normas e políticas, definidas pelo Banco Mundial e pelo FMI, para os países endividados da América Latina. Assim, a partir do amplo convencimento das nações periféricas, a ortodoxia neoliberal se consolidou, dando início a mudanças, que aprofundaram o fosso entre as classes sociais, contribuindo, dessa forma, para o advento de uma era de perda de direitos trabalhistas, privilégios do grande capital, aumento do

desemprego e, principalmente, perda da soberania nacional, ao promover a privatização de empresas estratégicas, sobretudo nos países periféricos (HARVEY, 2008; FILGUEIRAS & GONÇALVES, 2006).

Contíguo a esses processos, não podemos deixar de mencionar que estas variações conjunturais tiveram conseqüências diretas sobre a organização da classe trabalhadora. A flexibilização trabalhista, alicerçada na ortodoxia neoliberal, contribuiu para que sindicatos e organizações da classe trabalhadora se fragilizassem substancialmente. Segundo Harvey (2007) e Antunes (2010), o mercado de trabalho passou por uma radical reestruturação, uma vez que as empresas conseguiram tirar proveito da desorganização da classe e impuseram regimes de contratação mais flexíveis, reduzindo drasticamente o emprego regular, expandindo o uso do trabalho subcontratado, temporário ou em tempo parcial. Esses fatores foram decisivos para a dissolução de vínculos de classe experimentados pelos trabalhadores, que se depararam com uma situação profissional instável em que a busca diária pela sobrevivência tornou-se regra. Harvey (idem) explica este fator:

As formas de organização da classe trabalhadora (como os sindicatos), por exemplo, dependiam bastante do acúmulo de trabalhadores na fábrica para serem viáveis, sendo peculiarmente difícil ter acesso aos sistemas de trabalho familiares e domésticos (HARVEY, 2007: p.145).

Assim, tornou-se cada vez mais difícil a aproximação entre sindicatos e trabalhadores precarizados e subcontratados. Harvey (ibidem) afirma que a luta contra a exploração capitalista na fábrica difere do modo doméstico de opressão, já que seria muitas vezes impossível detectar os mecanismos de exploração do trabalho em uma estrutura de produção familiar ou mesmo em ambientes onde o trabalho é terceirizado, ou antes, parcial. Por esta razão, os sindicatos não conseguem penetrar politicamente nestes espaços, deixando ao largo a representação dos interesses destes trabalhadores.

Desta forma, observa-se que a consolidação do neoliberalismo trouxe diversas sequelas para o mundo do trabalho, que ultrapassam e envolvem a relação entre sindicatos e trabalhadores precarizados. Importante destacar que o aumento deste tipo de emprego contribuiu para superar a rigidez do fordismo. Com base nele, cria-se a produção por demanda, isto é, aquela que dispensa ou gerencia estoques (*Just in Time*), oferecendo mais segurança ao capital, que evita o desperdício de insumos (BOITO JR, 2006).

¹ Expressão utilizada por Harvey (2008) para designar a diversidade de situações econômicas e sociais geradas a partir da ascensão do neoliberalismo. Através desta expressão, conseguimos observar que existem diferentes níveis de adoção da ajuda neoliberal.

² Para grande parte dos países da América Latina, sobretudo o Brasil, a década de 1980 representou estagnação econômica e altas taxas inflacionárias. A crise, em linhas gerais, pode ser explicada pela suspensão do crédito ao Brasil pelos banqueiros credores e pelo esgotamento do modelo de substituição de importações, vigente até o fim da década de 1970.

Outra mudança reservada foi a desindustrialização, que consistiu no deslocamento da indústria dos grandes centros em direção às periferias tanto na escala local/regional quanto na mundial.

Segundo Harvey (ibidem), alguns resultados advindos destes processos podem ser observados. O primeiro é sem dúvida nenhuma o solapamento da organização da classe trabalhadora, que encontrou e encontra sérias dificuldades para criar uma consciência de classe que permita aos trabalhadores precarizados se identificar com a sua categoria e estabelecer uma luta conjunta. E o segundo resultado pode ser observado no aumento do emprego no setor de serviços, fato que pode estar relacionado à contração do emprego industrial (especialmente pós 1970), e também à expansão da subcontratação e da terceirização, além da intensificação da inovação tecnológica, originando mercadorias que se tornam mais rapidamente obsoletas³.

A situação de desemprego em que vivem muitos trabalhadores contribuiu também para tornar a sua organização e representação mais difícil. Os sindicatos, instituições que deveriam representar os trabalhadores em sua totalidade, priorizam apenas aqueles que estão formalmente inseridos no mercado de trabalho, alijando de direitos aqueles que se encontram fora dele. Esta ausência de representação forçou os trabalhadores desempregados e precariamente inseridos a buscarem novas formas de organização, mais próximas da dinâmica dos movimentos sociais⁴. Além disso, a dificuldade em se encontrar uma definição correta do termo desempregado, prejudica ainda mais o direcionamento de políticas destinadas, criando fragmentações no interior do próprio segmento.

As diferentes concepções de desemprego oferecidas pelo IBGE e DIEESE: estratégias e disputas políticas.

A palavra desemprego muitas vezes é utilizada sem critério, tendo sido, por isso, apropriada de maneira indevida por distintos meios de comunicação e até mesmo, por políticos e órgãos públicos. Assim, definir o desemprego torna-se uma disputa política travada por estes agentes contra sindicatos e movimentos

³ Afora isso, faz-se necessário destacar que a aceleração do ritmo de produção foi fielmente acompanhada pelo ritmo do consumo. O sistema de produção flexível origina mercadorias com tempos de vida inferiores aos dos produtos do fordismo. Por esta razão, os produtos tendem a “envelhecer” tecnologicamente em menos tempo, permitindo o aquecimento do consumo.

⁴ A dinâmica dos movimentos sociais se diferencia da dos sindicatos, pois a pauta daqueles assenta-se sobre questões que extrapolam o mundo do trabalho.

sociais. Por esta razão, o significado atribuído pelos órgãos públicos pode configurar-se em uma estratégia para mascarar a real situação do mercado de trabalho brasileiro e, com isso, omitir-se de qualquer tipo de auxílio aos mesmos. Analisamos algumas definições do termo desemprego, oriundas sobretudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-econômicos – DIEESE e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

O IBGE⁵, ao apresentar a sua classificação de população economicamente ativa, isto é, população ocupada e desocupada, acaba não considerando o termo desempregado. Segundo o órgão, a população desocupada compreenderia aqueles e aquelas

que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.) (IBGE, 2010).

O órgão supracitado foi capaz de elaborar mais uma diferenciação, entre os empregados e a população ocupada, que compreenderiam *aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias)*. A população ocupada se dividiria ainda em empregados, conta própria, empregadores e não remunerados (voluntários). Dessa forma, são considerados empregados aqueles que tem carteira de trabalho assinada, incluindo clérigos e militares. Assim, para o IBGE, os empregados são aqueles e aquelas

que trabalham para um empregador ou ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em Dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc.) (IBGE, 2010).

Sustentamos que o fato de um órgão público considerar como empregado aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de vestuário, alimentação ou moradia, pode ser um indício da legitimação da precarização do trabalho na contabilidade governamental, distorcendo a realidade do mundo do trabalho, em que a maioria dos envolvidos não deve ser considerado empregado, mas, sim, precariamente inseridos, ou outra definição semelhante. O DIEESE, diferentemente do IBGE, tem definições e posturas mais adequadas ao

⁵ Dados retirados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada mensalmente, nas cidades de Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Porto Alegre.

mundo do trabalho, classificando os desempregados e os empregados em diversas categorias. Vale destacar que o DIEESE demonstrou preocupação em apresentar as transformações do mundo do trabalho, destacando as situações em que o indivíduo é considerado empregado, mas, na verdade, não é, pois está em situação temporária ou precária de emprego. Para o DIEESE⁶, os desempregados

são indivíduos que se encontram numa situação involuntária de não-trabalho, por falta de oportunidade de trabalho, ou que exercem trabalhos irregulares com desejo de mudança (DIEESE, 2012).

Além disso, o DIEESE divide os desempregados em 3 grandes categorias: o *desemprego aberto*, que seriam pessoas que procuraram emprego nos últimos 30 dias, anteriores a realização da pesquisa e que não desenvolveram atividade remunerada nos últimos sete dias. Há também o *desemprego oculto pelo trabalho precário* que compreende

peças que realizam trabalhos precários - algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação - ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás (DIEESE, 2012)

Além deste, há o *desemprego oculto pelo desalento*, que são pessoas que não possuem trabalho e sequer procuraram nos últimos 30 dias, anteriores à realização da pesquisa, por desistíbulos do mercado de trabalho ou por situações fortuitas. Já os ocupados seriam aqueles

que, nos sete dias anteriores ao da entrevista, possuem trabalho remunerado exercido regularmente, com ou sem procura de trabalho; ou que, neste período, possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não tenham procurado trabalho diferente do atual; ou possuem trabalho não-remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie/benefício, sem procura de trabalho (DIEESE, 2012).

⁶ Dados retirados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada mensalmente, desde 1984, na cidade de São Paulo.

Assim, como exposto acima, o DIEESE preocupou-se em criar termos e classificações adequadas, mormente, com relação aos precariamente inseridos, que, para o IBGE, são considerados empregados. Entender esses meandros e a plasticidade do mercado de trabalho é fundamental para se criar estatísticas verdadeiras, que gerem políticas públicas concretas, cujo papel seria de amenizar a situação de extrema pobreza e de falta de perspectivas de alguns trabalhadores, diminuindo, junto a isso, o sentimento de culpa frente à sua situação. Observamos, portanto, que o Estado-nação ao conceituar o desemprego se exime de sua culpa, transferindo-a ao trabalhador. Essa estratégia do governo objetiva, do ponto de vista financeiro, cortar gastos relacionados a possíveis ajudas a esses trabalhadores, mas, principalmente, enfraquecer a organização deles, uma vez que cria cisões no interior do segmento. No entanto, veremos que nem sempre conseguiram impedir que essas organizações acontecessem.

As primeiras organizações sociais dos trabalhadores desempregados no Brasil

A formação de movimentos sociais cuja pauta principal é a categoria trabalho traz consigo a responsabilidade de compreender o contexto e as causas que o originam. No Brasil, a década de 1990 é marcada pelo aprofundamento de políticas econômicas restritivas, que contribuiriam sobremodo para o aumento do número de trabalhadores desempregados e precariamente inseridos. No entanto, vale destacar que antes mesmo da década de 1990 o número de desempregados passou a atingir índices nunca antes vistos, o que culminou com crises sucessivas no mundo do trabalho.

Este quadro de crise econômica transmutou-se para um contexto de crise de representatividade, em que tais desempregados se tornaram excluídos dos centros de decisões políticas, alijando-se totalmente de qualquer debate que envolvesse o seu destino. Isso porque, os principais representantes dos trabalhadores são os sindicatos, que, por sua vez, representam apenas aqueles que encontram-se plenamente inseridos ao mundo do trabalho; gerando, por isso, grave ausência de representatividade sobre aqueles que não se encontram formalizados nele. Assim como afirma Gohn (2010),

Os sindicatos perderam força, os desempregados são uma categoria difícil de organizar, e a luta pela sobrevivência passou a ocupar suas atenções e não mais a participação em associações (GOHN, 2010: p.133).

A discussão em torno da representação dos trabalhadores desempregados não é recente, há pelo menos uma década os sindicatos avaliam o modo como inserir os seus interesses nas negociações com o governo e o patronato. Da mesma forma que a organização dos grupos de desempregados também não é atual, em outros momentos da história do Brasil, os desempregados também se uniram e reivindicaram melhorias em suas condições de vida. Porém, tais organizações eram pontuais, incipientes e pouco articuladas, configurando-se enquanto ações espontâneas, como saques e passeatas em direção a órgãos de administração pública, sem que se desenvolvessem para a formação de organizações consistentes (FILHO, 2010). Contudo, destacam-se duas organizações que fugiram à tendência acima destacada, são eles Movimento contra o Desemprego (MCD), de São Paulo-SP (1983); e o Movimento contra o Desemprego de Campinas (MCDC) (1997), que tiveram sua formação vinculada à Igreja católica e aos Sindicatos dos Metalúrgicos. Ambos tiveram curta duração, sendo suas exigências principais: abertura de novos postos de trabalho, proteção social e isenção de taxas aos desempregados.

Segundo Souza (2010), o contexto de hiperinflação de fins da década de 1970 e início da década de 1980 possibilitou a fusão de várias lutas populares, cujo objetivo principal era o confronto direto com o Estado. Por esta razão, as pautas de reivindicações eram tão diversificadas o que especulamos ser um dos motivos da involução organizacional destes movimentos. O autor ressalta ainda o MCD teve uma atuação restrita, articulando-se, sobretudo, na zona sul de São Paulo e através da Pastoral Operária, que era responsável pelo trabalho de base nos bairros. Assim, puderam construir táticas e objetivos de luta, pois utilizam estes espaços para formação política, uma vez que a Pastoral Operária garantia a união entre os empregados e os desempregados de São Paulo – SP.

Em entrevista a Souza (2010), um metalúrgico destacou uma das principais ações do MCD, que foi a marcha ocorrida em 1983:

(...) o que aconteceu lá em Santo Amaro? Todo mundo procurando emprego, aquela dificuldade, greves também para evitar as demissões, (...) e a Zona sul era (...) uma concentração muito forte de grandes empresas e trabalhadores metalúrgicos, também químicos... e na segunda-feira acumulou mais de 5000 pessoas numa empresa, (...) era o chicle Adams, se não me engano (...). Quando o pessoal chegou lá não tinha emprego. Foi uma farsa, digamos assim... Aí o pessoal se revoltou porque se apresentaram para procurar emprego e

a empresa disse que não tinha emprego. Eu não sei se a empresa se assustou com o número de trabalhadores que lá estavam (...). Aí o pessoal saiu da empresa e vieram em passeata para o Largo 13. Aí começou certo quebra-quebra no Largo 13, a direção do movimento acabou controlando, saíram em passeata e vieram até o Palácio dos Bandeirantes. Chegaram no Palácio dos Bandeirantes, queriam uma audiência com o governador, chegaram até a derrubar (...) as cercas do palácio, quer dizer, foi um movimento importante no sentido de demonstrar a insatisfação dos desempregado (entrevistado apud Souza, 2010).

Diante do relato, observamos que as manifestações e ações políticas dos desempregados não eram planejadas, mas, sim, ações espontâneas para demonstrar sua indignação frente às suas situações econômicas e também, frente a ausência completa de representatividade. Com o MCDC, não foi diferente, no entanto, conseguiu articular-se como um movimento social, tendo, por isso, uma maior sobrevida.

O MCDC surgiu no dia 2 de maio de 1997, logo após as comemorações do Dia do Trabalhador, que reuniu cerca de 500 pessoas em Campinas-SP. Também fora uma organização que se articulou em torno da Pastoral Operária e dos Sindicatos dos Metalúrgicos de Campinas e Região (SMCR), assim como o MCD, de São Paulo. Segundo Souza (2009), o MCDC surgiu por iniciativa de três militantes do SMCR, que viam a necessidade de organizar os desempregados, já que, como exposto acima, eram excluídos de qualquer representatividade.

O MCDC defendia uma política de combate ao desemprego, que estaria relacionada à redução da jornada de trabalho, sem perdas salariais. Seu lema era “Trabalhar menos para que todos trabalhem”, frase muito difundida ainda hoje por outros sindicatos e centrais sindicais. Além disso, lutavam pela regulamentação da lei do *passe-desemprego* e, também, pela isenção de taxas de luz, impostos e tarifas públicas para os que estavam desempregados. Houve tentativas de organizar o MCDC nos bairros, a partir de núcleos, mas sem sucesso. O MCDC atuou na cidade por aproximadamente um ano.

Segundo o autor, os motivos para sua dissolução prematura estavam relacionados à flutuação dos dirigentes, o que dificultava a continuação da formação da base do movimento. Em outras palavras, somente os desempregados conseguiam atuar politicamente no movimento, e, quando saíam da situação de desemprego, não encontravam mais condições para tocar o movimento, ausentando-se dele. Além disso, a

situação de desemprego torna difícil o deslocamento e a dedicação dos militantes ao movimento, muitos preferiam centrar forças na busca de qualquer emprego, por mais precário que fosse, pois não enxergavam o MCDC como um instrumento de luta, que fosse capaz de transformar sua situação, ou seja, conformavam-se e submetiam-se a qualquer tipo de trabalho dada a urgência de sua condição.

Assim, apesar da crise que invadiu o MCDC, muitos foram os apoios financeiros concedidos a eles durante sua curta atuação. Entre eles destacam-se o apoio dado pela Pastoral Operária, pelo SMCR, que ajudava a rodar os panfletos e jornais informativos. Porém, segundo o mesmo autor, apenas ajudas de caráter financeiro foram cedidas, deixando de lado a formação política daqueles que adentravam ao movimento, o que contribuiu para seu enfraquecimento. O MCDC apostou muito na ajuda dos sindicatos, o que não existiu. O próprio nome “Movimento Contra o Desemprego” visava ampliar o leque de participantes para além dos desempregados, incorporando, principalmente, os sindicatos nessa luta. Mas os sindicatos, como dito acima, por se tratar de uma organização corporativa que se entende como um instrumento pertencente à luta dos envolvidos no mundo do trabalho, excluiu os que dele não fazem parte. Em sua defesa, os sindicalistas afirmaram que não bastava o apoio pontual dos sindicatos, mas, essa luta deveria estar alicerçada pela central sindical, pois trata-se de uma luta da categoria inteira (SOUZA, 2009). Dessa forma, sem apoio e sem mobilização suficiente, o MCDC se desfez no ano de 1998, mas, apesar de sua rápida passagem, deixou sementes e exemplos de luta, que possibilitaram a organização de outros movimentos de desempregados, que evoluíram em suas reivindicações, cuidando para não incorrer nos mesmos erros que seus predecessores.

Formação e Organização do MTD - RJ

O surgimento do Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD aparece no contexto de crise e também em função da mudança no direcionamento do foco das lutas populares, que passaram a conferir um peso maior aos movimentos sociais urbanos, uma vez que havia uma lacuna na organização dos trabalhadores da cidade.

A ideia de organizar um movimento social com este caráter surgiu em 22 de maio de 2000, fruto de discussões no interior de outro movimento social, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e do partido político Consulta Popular - CP, então Mo-

vimento Consulta Popular (MCP)⁷ (FILHO, 2010). Após inúmeros debates entendeu-se que havia uma grande necessidade de organizar também os trabalhadores da cidade. Esse acúmulo político foi possível, pois se observou que não existia um movimento social urbano que representasse os trabalhadores diretamente⁸. Existiam aqueles ligados à moradia, homofobia, acesso (cadeirantes), educação, entre outros, mas em nenhum deles a expropriação dos meios de produção ou a exploração do trabalhador era a pauta reivindicatória principal.

Trata-se, portanto, de um movimento social que se inspirou no Movimento de Trabajadores Desocupados (Argentina)⁹, que surgiu após a crise que este país sofreu na década de 1990, mais especificamente em 1995, no interior das Ollas Populares¹⁰ e, por isso, revela-se enquanto um movimento social de classe, preocupado em solucionar as desigualdades sociais e a falta de apoio do Estado para com as lutas travadas por eles (FLORES, 2005).

No Brasil, seu marco inicial se deu com a ocupação de uma área próxima à General Motors, em Gravataí-RS, e que contou com a participação de 300 famílias. (FILHO, 2010; GOULART, 2003). Durante meses houve discussões e manifestações pela cidade, situações extremamente importantes para o MTD, uma vez que este ganha grande notoriedade após estas ações políticas. Sintoma disso foi a conquista de casas populares, meses mais tarde, nos arredores da cidade de Gravataí-RS. O MTD ganha projeções nacionais em 2003, após uma marcha de militantes, com duração de 8 dias, que se dirigiu de Gravataí-RS a Porto

⁷ A Consulta Popular surgiu em dezembro de 1997 partindo de um seminário que reuniu cerca de trezentos militantes de várias organizações políticas nacionais na cidade de Itaipu (SP). “Pessoas da cidade e do campo, religiosos e leigos, filiados ou não a partidos políticos, debateram durante vários dias a situação nacional e deliberaram levar adiante um conjunto de iniciativas voltado para construir uma rede de militância de qualidade nova: solidária com o povo, enraizada na base da sociedade, movida pelo respeito recíproco e dotada de uma visão de conjunto das potencialidades do país”. (César Benjamin et. alii..., 1998).

⁸ Faz-se importante destacar que a Consulta Popular, juntamente com o MST, havia se empenhado na construção do Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Teto, porém, diante de divergências em relação ao caráter político ideológico, o MTST acabou ganhando vida própria e se descolou da CP e do MST, embora atuem conjuntamente em manifestações e lutas. Assim, grosso modo, houve, na CP e no MST o deslocamento da luta do eixo moradia, para o eixo produção.

⁹ O MTD argentino, por sua vez, inspirou-se nas práticas e estratégias do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra do Brasil, o MST, e faz parte do movimento dos piqueteiros argentinos (FLORES, 2005).

¹⁰ Encontros públicos onde se cozinhava e distribuía alimentos às pessoas carentes, no município de La Matanza, periferia de Buenos Aires. (GHIBAUDI, Javier, 2010).

Alegre- RS (Palácio Piratini, onde foram recepcionados pelo então governador Olivio Dutra). Esse militantes levavam consigo suas duas principais bandeiras de luta: aumento do número de horas de funcionamento dos bancos, garantindo assim um maior contingente de trabalhadores nestes locais; e o projeto das Frentes Emergenciais de Trabalho¹¹, que criaria grande quantidade de postos de trabalhos e distribuição de cestas básicas para os envolvidos.

Após esse evento, o MTD, de modo incipiente, se expandiu para 12 estados brasileiros, tendo maior expressividade no Rio Grande do Sul, Bahia e Distrito Federal. Isso aconteceu pois, em fins de 2003, a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) mobilizou seus militantes para formar núcleos do MTD em diversos estados. No Rio de Janeiro, local de nosso estudo, o MTD-RJ se estabeleceu em março de 2004, com a presença de sindicalistas, estudantes e militantes ligados a CMS. Contudo, só adquiriu maior visibilidade em agosto de 2004, com a ocupação de um terreno da Companhia Estadual de Habitação (CEHAB), no município de Belford Roxo, baixada fluminense.

Portanto, os sujeitos que compõem a base do MTD-RJ residem nas periferias, favelas ou ocupações das cidades e é composta por trabalhadores (desempregados ou subempregados). O perfil destes trabalhadores desempregados inclui aqueles pertencentes ao desemprego estrutural, além de pessoas com baixa qualificação, idade avançada, podendo ainda fazer parte do setor informal, como camelôs ou autônomos, alijados de qualquer direito trabalhista.

Dessa forma, o nascimento de um movimento social, preocupado com a problemática do desemprego, nos remete a suposição do surgimento de novos atores sociais, que almejam uma sociedade livre e emancipada (ANTUNES, 2010). Além disso, problematiza-se o tipo de trabalho¹² que se pretende para a humanidade, ou seja, aspira-se que seja aquele que irá combater às necessidades essenciais, no qual quem produz tem domínio do que faz e consciência do quê e para quem faz. O MTD- RJ torna-se, então, uma opção combativa à cooptação sofrida pelas principais entidades representativas da classe. Isso não quer dizer que o modelo organizacional dos sindicatos esteja fadado à

¹¹ No Estado do Rio Grande do Sul, hoje, este projeto parece ser o mais estruturado uma vez que foi levado a cabo por Deputados do PT e do PSOL, muito embora abarque menos trabalhadores do que o necessário.

¹² O emprego é entendido como a compra e venda da força de trabalho aos moldes tradicionais do capitalismo, enquanto o trabalho é entendido como uma superação desta noção de emprego, por possuir uma concepção mais ampla de organização e produção coletiva (FILHO, 2010:50).

incapacidade e à não representatividade, pelo contrário, os sindicatos ainda são importantes pólos de lutas, mas necessitam de uma maior prudência para atender estas novas demandas oriundas da classe trabalhadora, a saber os desempregados. A união entre estas organizações se faz necessária para que o mundo do trabalho torne-se mais estável e combativo.

Conclusão

A organização e espacialização dos trabalhadores desempregados se desenvolveu com maior ímpeto nas regiões mais industrializadas, a saber regiões sul e sudeste, lugar onde as centrais sindicais também encontram-se mais atuantes. A aliança entre as organizações de trabalhadores desempregados destacadas e os sindicatos mostra-se fundamental para que suas pautas de luta sejam colocadas em evidência. O MTD, um movimento social presente nos bairros periféricos da capital carioca e em cidades que sobrevivem graças às atividades industriais, torna-se uma alternativa importante àqueles que foram expulsos do mercado de trabalho e não tem perspectivas de voltar a ele. Isso porque, o MTD-RJ, bem como os outros MTD existentes no Brasil, preocupam-se em formar politicamente estes trabalhadores desempregados, argumentando que a situação em que se encontram faz parte de uma lógica do capital, que busca superar seus momentos de maior crise; exemplo disso foi a propalação da doutrina neoliberal, imposta aos países periféricos da América Latina.

Assim, a partir da vivência que tivemos com o MTD, entendemos que este busca clarificar as estratégias do capital, mostrando que as altas taxas de desemprego não existem apenas no Brasil ou no Rio de Janeiro, mas, em grande parte dos países periféricos e também, em alguns países centrais, como a Grécia e a Espanha. Além disso, o MTD avalia que a confusão sobre o termo desempregado, dificulta a formulação de políticas públicas direcionadas a esse segmento, uma vez que as autoridades divergem quanto ao período e as características atribuídos aqueles que estão desocupados.

Nesse sentido, a união dos trabalhadores desempregados é fundamental para que esta fase do capitalismo seja denunciada para todo mundo. As experiências de luta devem ser compartilhadas, para que os grupos aprendam uns com os outros, trazendo à tona suas táticas de resistência a este sistema socioeconômico controverso que vivemos. O MTD, assim como outros movimentos sociais, encoraja esses trabalhadores desempregados a compreender que esse

período não se trata de uma etapa a ser superada, ou seja, para que o segmento obtenha sucesso, não basta que uma boa porcentagem consiga emprego, mas sustentam a necessidade de uma ruptura com o sistema socioeconômico vigente. O MTD argumenta que, com esta ruptura, todos os trabalhadores estarão envolvidos na produção daquilo que for necessário e indispensável à dinâmica da sociedade. Somente assim, experimentaremos um mundo que confira mais sentido à vida de todos e todas que vivem do trabalho, mote dos desempregados em todo mundo.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 14a. Edição. São Paulo: Contexto, 2010.

BENJAMIN, César (et al) **A opção brasileira**. 1a. Edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BOITO Jr., Armando. A Hegemonia Neoliberal no Governo Lula. In: **Revista Crítica Marxista**, n.17, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

FILHO, Carolina B. F. **Desemprego e Organização dos trabalhadores desempregados no Brasil (anos 1990 a 2000)**: a experiência do MTD. Monografia de conclusão de curso. Universidade de Campinas, IFCH, 1v. 77 p., 2010.

FLORES, Toty (Org.). **De la culpa a la autogestión: Un recorrido de Movimiento de los Trabajadores Desocupados de la Matanza**. 1a. Edição. Argentina: Ediciones Continente, 2005.

GHIBAUDI, Javier. **Classe e Território**, ação coletiva e projetos na periferia de Buenos Aires. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR, 1v. 225P, 2010.

GOHN, Maria Gloria. **Movimentos Sociais e Redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo**. 1a. Edição. Petrópolis: Vozes, 2010.

HARVEY, David. **Neoliberalismo**. História e Implicações. 2a. Edição. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **O novo imperialismo**. 4a. Edição. São Paulo: Loyola, 2010.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. 2a. Edição. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

_____. **Condição Pós Moderna**. 16a. Edição. São Paulo: Loyola, 2007.

SODRÉ, Nelson W. **A Farsa do Neoliberalismo**. 1a. Edição. Rio de Janeiro: GRAPHIA, 1995.

SOUZA, Davisson C. C. **Sindicalimos e desempregados no Brasil e na Argentina de 1990 a 2002**: unidade e fratura entre o exército de operários ativos e de reserva. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, FFLCH, 1v., 450p., 2010.

Bibliografia eletrônica

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) - **Pesquisa de emprego e desemprego**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>> . Acessado em 15/02/2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – **Pesquisa Mensal de Emprego**. Disponível em<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>>. Acessado em 27/02/2013.